

PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 1156-25

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SWITCHES DE ACESSO E COMPONENTES DA MARCA CISCO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO PARA A ITAIPU E SEUS ESCRITÓRIOS LOCALIZADOS EM FOZ DO IGUAÇU-PR, GUAÍRA-PR, SANTA HELENA-PR, CASCAVEL-PR; BRASÍLIA-DF E SÃO PAULO-SP

ADITAMENTO 4

I) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.1 do Caderno de Bases e Condições do Pregão Eletrônico Nacional NF 1156-25, a ITAIPU responde consultas de empresas interessadas nesta licitação:

PERGUNTA 1.

Considerando que o edital não dispõe expressamente sobre a possibilidade de faturamento por mais de uma filial do mesmo CNPJ base “matriz”, considerando que a diferenciação entre os estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica restringe-se, a rigor, ao campo do Direito Tributário/Fiscal, que a proponente ao participar e poder adequar a tributação, trazendo benefícios fiscais e apresentando um melhor preço, considerando que o Tribunal de Contas já se manifestou, conforme Acórdão 1593/2019 - Plenário:

“Em termos práticos e guardando as devidas proporções, da mesma forma que a distinção entre ‘matriz’ e ‘filial’ só tem sentido para fins tributários (responsabilidade tributária), a distinção entre a personalidade jurídica da sociedade empresária e a pessoa física do sócio administrador só tem relevância sob a ótica patrimonial (responsabilidade civil).”

Assim, se a matriz participa da licitação, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. Portanto, tanto a matriz, quanto à filial, pode participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. Contudo, para que seja possível um outro estabelecimento da pessoa jurídica assumir a obrigação decorrente do ajuste, também deverá comprovar que sua situação fiscal é regular, assim, entende que a Proponente poderá participar do referido certame pela matriz e indicar em sua proposta o CNPJ das demais filiais com o mesmo CNPJ base/raiz para faturamento devido as diferentes classificações dos componentes que compõe cada item (Hardware, Software, Suporte e Serviços) por questão de natureza fiscal, apresentando todos os documentos conforme as decisões mencionadas, será plenamente aceito pela Licitante. Está correto nosso entendimento.

RESPOSTA

De acordo com o entendimento apresentado, desde que sejam observados os requisitos legais relativos à regularidade fiscal e de cadastro de cada estabelecimento envolvido. A indicação do CNPJ das filiais para fins de faturamento, respeitando a natureza fiscal dos componentes de cada item e apresentando a documentação pertinente, atende às exigências do processo licitatório (AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 2.605.869-AM).

Todavia, essa condição deve estar devidamente explicitada no momento da apresentação da proposta comercial pela proponente vencedora.

Considerando a prerrogativa citada, a ITAIPU promove a alteração do inciso XVII da cláusula 9ª, que trata das obrigações da contratada, prevendo a manutenção das condições de

habilitação durante a vigência do contrato para qualquer CNPJ da CONTRATADA emissor de documentos para pagamento. Gentileza reportar-se ao item II deste aditamento.

PERGUNTA 2.

Considerando ser aceito o faturamento por outros CNPJ's da mesma raiz da matriz da licitante; entende a proponente que será aceito para fins de pagamento a indicação dos dados bancários do CNPJ matriz, uma vez que os pagamentos serão centralizados pela mesma conta corrente. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA

Considerando que matriz e filiais são estabelecimentos da mesma pessoa jurídica, e possuem o mesmo CNPJ base/raiz, não há óbice jurídico para que o pagamento seja realizado em conta bancária vinculada ao CNPJ da matriz, ainda que o faturamento seja realizado por filiais.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisões como o AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 2.605.869-AM, reconhece que a matriz e a filial possuem personalidade jurídica única, diferenciando-se apenas pelo número de ordem do CNPJ. Portanto, a indicação dos dados bancários do CNPJ matriz para fins de pagamento, quando os valores forem centralizados nesta conta, é aceita, desde que todos os documentos necessários à habilitação estejam regulares e que tal procedimento não prejudique a análise do certame ou o controle fiscal e contábil incidente.

Contudo, a ITAIPU esclarece que o processamento dos pagamentos dos fornecedores é realizado por meio de arquivo eletrônico enviado ao banco, no qual são informados os dados chave "conta bancária" e "CNPJ", que são extraídos sistemicamente do cadastro no qual a Nota Fiscal está registrada. Se o fornecedor, ao efetuar o cadastro das suas filiais na ITAIPU, informar uma conta bancária de titularidade da matriz, o arquivo de pagamento eletrônico será enviado ao banco com a conta bancária da matriz e o CNPJ da filial.

Do ponto de vista da ITAIPU, como fonte pagadora, o processamento do pagamento com essas características é possível, porém a efetivação do pagamento dependerá do aceite do banco recebedor (banco do fornecedor).

Caso a conta e/ou instituição financeira em que o fornecedor tenha sua conta não permita o processamento desta forma, o fornecedor deverá obrigatoriamente fornecer uma conta bancária vinculada ao CNPJ de cada filial.

Por fim, sugere-se atenção a Cláusula 24 da Minuta do Contrato:

"A ITAIPU efetuará o pagamento somente mediante crédito na conta corrente, indicada pela CONTRATADA, de titularidade do CNPJ informado nesta contratação. O comprovante de depósito suprirá o recibo de pagamento."

PERGUNTA 3.

O item 2.7 do referido anexo estabelece que, para fins de diligência, poderão ser solicitadas todas as informações necessárias para comprovação documental. No entanto, destacamos que alguns contratos firmados com entes privados possuem cláusulas de confidencialidade que impedem a apresentação integral do contrato ou de informações sensíveis, tais como valores, estrutura dos serviços e endereços.

Considerando que a exigência de tais informações pode configurar afronta ao princípio da competitividade, solicitamos a gentileza de reconsiderar a decisão quanto à obrigatoriedade de apresentação completa dos contratos com clientes privados. Alternativamente, propomos que seja aceita a possibilidade de a Proponente ocultar, nos documentos apresentados, as

informações que considerar confidenciais, desde que mantida a integridade da comprovação da capacidade técnica.

RESPOSTA

Caso a supressão de informações não comprometa a verificação do objetivo proposto, mantendo a viabilidade da análise e atendendo à finalidade e necessidade identificadas pelo pregoeiro, não há impedimento para a ocultação dos dados confidenciais correspondentes.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.2 do Caderno de Bases e Condições do Pregão Eletrônico Nacional NF 1156-25, a ITAIPU:

- a) altera o inciso XVII da cláusula 9ª da Minuta de Contrato (Anexo IV), incluindo a seguinte redação “*para qualquer CNPJ da CONTRATADA emissor de documentos para pagamento*”.
- b) disponibiliza em anexo a este Aditamento, nova versão da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC, com os ajustes efetuados na cor azul.

III) Permanecem inalteradas as condições contidas no CBC do Pregão Eletrônico Nacional NF 1156-25.

Emitido por: Divisão de Suporte Técnico	Data de emissão: 28 de outubro de 2025
---	--